



Anais da Assembleia

Nº 114

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XLII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 89.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1991

(QUINTA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Amibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Preis, José Artur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, e Toti Colaço (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Albino Corazza, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Ernani Pudell, José Alves, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Nilton César, Renato Adur e Severino Félix (14). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato e José Afonso Júnior (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE
Ofício nº 019/91

Senhor Presidente.

Vimos à presença de Vossa Excelência, em vista dos questionamentos verificados recentemente, formular consulta buscando

ver esclarecidos os seguintes pontos relacionados ao funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito:

1. Há a exigência de "quorum" mínimo para as sessões de tomada de depoimentos? Em caso positivo, qual é o "quorum" e a respectiva base legal.

2. A tomada de depoimentos é considerado deliberação da CPI?

3. O prazo para a conclusão dos trabalhos previsto no parágrafo 3º do artigo 36 do Regimento Interno inicia sua contagem a partir da constituição da CPI ou do início efetivo de suas atividades?

Na contagem do prazo considera-se, também, o período do recesso parlamentar? E se durante o recesso não desenvolveu-se nenhuma atividade?

Caso a interpretação dada ao contido no item 3 seja no sentido de que o prazo tenha início na constituição da CPI, solicitamos, a fim de dar curso aos trabalhos da CPI da Saúde, seja levado à apreciação do Plenário o Requerimento anexo.

Certos de sua especial atenção para com o exposto, servimo-nos do ensejo para renovar nossas expressões de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(a) DOUTOR ROSINHA

Presidente

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso das atribuições que lhe é conferida. REQUER, com base no disposto no parágrafo 3º do artigo 36 do Regimento Interno, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde constituída por intermédio do Ato do Presidente nº 01/91, de 15 de maio de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado de 16.05.91, possa concluir plenamente seus trabalhos de investigação e apresentar ao Plenário seu relatório final.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(a) DOUTOR ROSINHA

Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2308-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições estatutárias, após ouvido o Plenário, REQUER, a inclusão na Ordem do Dia de 12/09/91, do Projeto de Lei nº 338/91, de minha autoria, com base

no artigo 185 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Projeto dispõe sobre a autorização, para que a Prefeitura de Terra Rica, possa utilizar as dependências do GINÁSIO SANTO INÁCIO DE LOYOLA, para implantação de Curso Supletivo Base I e II. Portanto, atende ao exigido no artigo 185, do Regimento Interno da Casa, pois não refere-se a abertura de crédito ou despesa para o erário.

REQUERIMENTO N° 2308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa a discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2306

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, expediente solicitando a construção de pontes no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, tendo em vista que as pontes existentes no Rio Jangada na Estrada Dr. Amorim e no Rio Sarandi na Estrada que liga o Distrito de Oroitê ao Palmital, encontram-se em situações precárias de uso, solicitando assim a reconstrução nos locais apontados de pontes de concreto a fim de possibilitar o tráfego normal de veículos nas citadas estradas.

Por ser de ímpar importância o solicitado à população, é que trago tal apreciação aos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabi-

lizado a pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre os distritos de Cafetal e Jangada, em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Senhor Prefeito Municipal, ao Vereador Antonio Vicente do Carmo e ao Vereador Moisés Mendes.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando serem distritos de Cafetal e Jangada, quer em razão de sua densidade demográfica, quer em relação à sua potencialidade agrícola, dois dos mais importantes distritos do município de Iporã e considerando ser grande o intercâmbio entre os mesmos, principalmente em razão de se considerar Cafetal como local de acesso de Jangada à PR 323, é que solicitamos a realização de tal obra. São cerca de 14 Km de distância e que uma vez atendida, propiciará grande desenvolvimento para aquela região.

REQUERIMENTO N° 2315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no sentido de reivindicar a liberação de recursos financeiros para a Prefeitura Municipal de Umuarama, para a construção do Mercado Municipal, naquele município.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Senhor Alexandre Ceranto e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 12.09.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Umuarama tem realizado programas importantes na área da agricultura, através da sua Secretaria Municipal, tais como: a feira do produtor, hortas comunitárias e escolares, incentivo à citricultura e a sericicultura, bem como apoio técnico aos pequenos e médios produtores.

O Mercado Municipal seria o benefício coletivo e a oportunidade de incentivar ainda mais os hortigranjeiros da cidade, dos sítios e também dos vizinhos municípios.

REQUERIMENTO N° 2316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan de Almeida,

digníssimo Secretário de Estado da Saúde Pública, no sentido de que seja destinado um veículo ambulância para o município de Umuarama - Distrito de Ivaté.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 12.09.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Conforme as constantes e justificadas reclamações das lideranças locais, ressen-te-se o município de melhores condições financeiras para atender a grande demanda de pedidos na área de saúde, quer no to-cante a remédios, atendimento ambulatorial e principalmente, no transporte de doentes dos distritos, das vilas para a sede do município, para os postos de saúde e até para outros centros mais evoluídos clini-camente.

A ambulância é reivindicação permanen-te em todas as reuniões com as comunida-des.

REQUERIMENTO N° 2317

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, RE-QUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao digníssimo Secretário de Trabalho e Ação Social, DJALMA DE ALMEIDA CESAR, no sentido de que o mesmo tome medidas urgentes para ameni-zar os efeitos funestos da seca que assola o noroeste do Paraná.

Sala das Sessões. em 12.09.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É calamitosa a situação que hoje en-frenta o NOROESTE de nosso Estado, posto que já há algum tempo que não chove na mesma, ocasionando uma estiagem das piores que se tem notícia na região, o que tem causado problemas emergenciais, face a perda de quase a totalidade da safra, no-tadamente da de mandioca, ocasionando um desemprego em massa, sendo certo que a si-tuação dos bóias-frias é dramática, exis-tindo famílias inteiras que não têm o que comer.

Diante do acima narrado, é que solici-ta-se urgentes medidas do Secretário de Trabalho e Ação Social, para que o mesmo, usando de medidas extraordinárias, tais como criação de frentes de trabalho, dis-tribuição de alimento à população mais ca-rente e outras que julgar necessárias, amenize as circunstâncias funestas advin-das do presente momento, que face a seus contornos dramáticos, pode vir a causar uma grande convulsão social na região.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 408/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - A institucionalização das regiões metropolitanas, aglomerações urba-nas e microrregiões para integrar a orga-nização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum deve obedecer os conceitos:

I - região metropolitana é a unidade regional com uma distribuição de bens e serviços que extrapole os limites da re-gião e do Estado, configurada por uma man-cha de ocupações urbanas que transcende os limites de mais de um município, com uma população superior a 1.000.000 de habitan-tes, podendo conter um ou mais pólos;

II - aglomeração urbana é a unidade regional com uma distribuição de bens e serviços restrita a parcelas da própria região e Estado, configurada por uma man-cha de ocupação urbana que transcende os limites de mais de um Município, podendo conter um ou mais pólos;

III - microrregião é a unidade regio-nal com distribuição direta de bens e ser-viços restrita aos limites da própria re-gião, sem configurar mancha de ocupação urbana contínua entre os municípios, e contendo um único pólo.

§ 1° - Os estudos para definição das unidades regionais do Estado do Paraná de-verão obedecer conceitos, parâmetros e in-dicadores oficiais definidos pelo IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou Órgão Estadual similar.

§ 2° - Os limites das unidades regio-nais são passíveis de ajustes temporais condicionados pela dinâmica regional.

Art. 2° - As funções públicas de inte-ressé comum ficam definidas como:

I - atividades de organização, plane-jamento, execução e fiscalização de servi-ços públicos, que transcendem a competên-cia de um Município, envolvem ações dos diferentes níveis de governo, articulando atuações setoriais e locais;

II - atividades e serviços de utilida-de pública originadas em um único Muni-cípio, cujos efeitos atingem outros municí-pios;

III - atividades e serviços de utili-dade pública localizados em um Único Muni-cípio mas que recebem impactos diretos ou indiretos de outros, ou servem a outros Municípios;

IV - atividades e serviços de utilida-de pública que, em termos de eficiência, impõem soluções supra local.

Parágrafo Único - A gestão das funções públicas de interesse comum deve buscar o equilíbrio na estrutura regional através da racionalização institucional e técni-co-financeira a funções de grande porte.

Art. 3º - A gestão das funções públicas de interesse comum de uma unidade regional envolver representatividade do poder público dos Municípios, da sociedade civil, e de entidades setoriais dos níveis de governo, resguardando o caráter inter-institucional de atuação.

Art. 4º - Nos termos do disposto no artigo 23 da Constituição Estadual é facultada a criação de órgãos de apoio técnico de âmbito regional ou gestor das funções públicas de interesse comum.

§ 1º - A lei que instituir cada unidade regional disporá:

I - sobre o órgão gestor, a sua estrutura de funcionamento, observadas as disposições desta lei;

II - sobre os mecanismos de participação dos Municípios, dos órgãos setoriais e da sociedade civil na gestão regional;

§ 2º - As atribuições do órgão gestor serão definidas em conformidade com as especificidades de cada unidade regional e à figura jurídico-institucional que vierem receber, compreendendo, dentre outras:

I - a formulação de políticas de desenvolvimento e planejamento integrado;

II - a articulação e compatibilização de diretrizes, planos e ações de ordenamento territorial;

III - a compatibilização de programas de investimento de caráter regional;

IV - a definição de prioridades de intervenção;

V - o planejamento, implementação, execução e fiscalização de funções públicas de interesse comum;

VI - a captação, reprodução de recursos e articulação inter-institucional para gestão das funções públicas de interesse comum;

VII - a fiscalização e penalização das infrações cometidas no âmbito de suas atribuições.

Art. 5º - Cada unidade regional terá seu elenco de funções públicas de interesse comum definido por seu órgão gestor conforme suas especificidades, e assegurando a participação das entidades envolvidas na gestão, podendo ser alterado a partir de mudanças provocadas pela dinâmica regional.

Parágrafo Único - Os Municípios de uma mesma unidade regional poderão reagrupar-se conforme necessidades específicas e temporais da função pública de interesse comum.

Art. 6º - Na ausência de órgão gestor o executivo estadual deverá exercer a coordenação, concessão e/ou permissão, execução e fiscalização das funções públicas de interesse comum, podendo constituir comissões ou câmaras técnicas compostas de representantes de órgãos e entidades nos termos do Artigo 3º desta lei.

Art. 7º - O planejamento para gestão das unidades regionais deverá adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado, nos termos do Artigo 22 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - A ação setorial de órgão e entidades da administração direta e indireta da União, Estado e Municípios que ocorrer na unidade regional deverá observar as diretrizes, planos, programas e ações estabelecidas pelo órgão gestor regional, promovendo compatibilizações necessárias.

Art. 8º - Os planos, programas, projetos e propostas de alocação de recursos financeiros para obras e empreendimentos de interesse das unidades regionais deverão ser previamente e amplamente divulgados e debatidos com a população de acordo com o artigo 3º desta lei, ficando assegurado o exame integral, incluindo estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira.

Art. 9º - Para a organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, no âmbito das unidades regionais, serão destinados recursos financeiros do Estado e dos Municípios integrantes, previstos nos respectivos orçamentos anuais, nos termos do artigo 24 da Constituição Estadual.

Art. 10 - A lei que regulamentar os mecanismos de compensação financeira para Municípios que sofreram perda ou diminuição de receitas por atribuições e funções decorrentes do planejamento regional, conforme artigo 26 da Constituição Estadual, deverá considerar as unidades regionais instituídas.

Art. 11 - A regionalização das diretrizes, objetivos e metas da administração estadual direta e indireta instituída no plano plurianual, as diretrizes orçamentárias anuais, e os orçamentos de acordo com o que consta no artigo 133 da Constituição Estadual, deverão ser consonantes às unidades regionais instituídas.

Art. 12 - A institucionalização das unidades regionais é faculdade do Estado, mediante lei, cabendo a ele avaliar a adequação das iniciativas oriundas das regiões aos conceitos e critérios definidos nesta lei.

Art. 13 - A Lei Complementar que institucionalizar cada unidade regional deverá ser elaborada com a participação de representantes dos Municípios que a integrarão.

Art. 14 - A Região Metropolitana de Curitiba, criada pela Lei Complementar Federal nº 14 de 8 de junho de 1973, deverá ter seus limites formais redefinidos nos termos do Artigo 13 desta lei.

Parágrafo Único - O modelo de gestão para a região metropolitana de Curitiba

deverá ser criado respeitando:

I - a complexidade dos fenômenos e relações de sua área de comutação diária conformada pelos municípios periféricos à Curitiba, cidade-pólo da Região;

II - às funções públicas de interesse comum e as relações estabelecidas com os demais Municípios sob a polarização direta de Curitiba.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

I - ASPECTOS GERAIS

A Constituição do Estado do Paraná em seu Capítulo III, Artigo 21, dispõe sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil na gestão regional.

Dispõe, também, em conformidade à Constituição Federal que, a lei que instituir o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, estabeleçam diretrizes, objetivos e metas da administração pública nos orçamentos de forma regionalizada.

No Título da Ordem Econômica da Constituição Estadual, o Artigo 141 remete a que lei defina o sistema, as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento equilibrado do Estado prevendo a compatibilização com os planos regionais e municipais para a definição de prioridades regionais.

Dispõe, ainda, no Artigo 26 do Capítulo III referente às unidades regionais, quanto à criação por lei complementar de mecanismos de compensação financeira para Municípios que sofreram perda ou diminuição de receita, por atribuições e funções decorrentes do planejamento regional.

Dessa forma fica institucionalizada a figura da região na ação do setor público. No Paraná, o planejamento regional não constitui prática da administração pública, e mesmo as Regiões Administrativas criadas pelo Decreto 2441 de 18 de fevereiro de 1988, não foram implementadas.

Consoante ao respaldo institucional, o espaço do Estado do Paraná cada vez mais se configura a partir de relações entre cidades que atuam como pólos de atração a outras de menor porte ou reduzida estrutura funcional que são polarizadas. A intensidade da urbanização e a concentração pe-

culiares ao capitalismo, diversifica e adensa as atividades e a ocupação do espaço de determinadas áreas, extrapola limites administrativos municipais criando um complexo quadro de relações sociais, econômicas e institucionais.

Assim, o ritmo de desenvolvimento altera a natureza e a magnitude dos problemas de áreas que não se restringem a uma única cidade e exigem a adequação das instituições, para que soluções sejam viabilizadas.

Questões que há até bem pouco tempo admitiam tratamento localizado, por serem passíveis de solução no âmbito de um município tornam-se comuns a um espaço regional, demandando a articulação inter-institucional para sua afetivação.

Assim, as disposições constitucionais que se reportam ao fenômeno regional, dão o suporte para o início do processo de mudanças e compatibilizações institucionais.

A gestão das unidades regionais abre espaço para a negociação política, a discussão democrática dos interesses locais que, numa ação conjunta, cria uma força significativa que se fará sentir na alocação de recursos e intervenção pública, trazendo benefícios às funções públicas de interesse comum.

Tal gestão representativa deve assegurar a participação ampla da sociedade civil, garantindo legitimidade à sua ação e objetividade na priorização e atenção às demandas sociais.

O Projeto de Lei ora apresentado dispõe sobre os conceitos e requisitos à criação, estrutura e composição de unidades regionais, buscando evitar a configuração, sobre base conceitual equivocada, de "regiões metropolitanas" por todo o interior do Estado.

Este Projeto de Lei explicita os compromissos a serem assumidos pelos agentes gestores das unidades regionais e ressalta a importância de tais unidades no planejamento e na intervenção pública.

Define o que são funções públicas de interesse comum sem relacioná-las, já que são peculiares às diferentes regiões do Estado.

As leis específicas de criação de cada unidade regional, serão disciplinadas por esta Lei Complementar. Sua iniciativa pressupõe a origem local, o que é compreendido como salutar na efetivação do processo democrático de gestão. Ressalta-se que iniciativas dessa ordem já foram encaminhadas para parecer do executivo, carecendo do arcabouço legal a que se propõe este Projeto de Lei.

II - ASPECTOS ESPECÍFICOS

DA REGIONALIZAÇÃO

A regionalização do território do Es-

tado e sua assimilação pelas estruturas do poder, assim como por entidades e organizações da sociedade, visa efetivar ações que incidam exclusivamente sobre municípios, atomizando e muitas vezes enfraquecendo os efeitos das inversões de recursos. Visa, também evitar que se proponham medidas homogêneas para realidades diferenciadas do território.

Evitar esses extremos, onde ora se erra pela falta de uma compreensão mais global, ora pelo excesso generalizante, é um dos objetivos da regionalização.

Visa, ainda, a eliminação de desequilíbrios entre os municípios, no que diz respeito à capacidade de valorizar seus próprios recursos e potenciais e a minimizar problemas de qualidade de vida enfrentados pelas populações. Pretende-se obter com a regionalização uma estrutura básica capaz de propiciar o desenvolvimento equilibrado entre os municípios paranaenses.

Territórios municipais dizem respeito a limites político-administrativos, porém fenômenos de diversas ordens (recursos naturais, estrutura do parque industrial, ocupação urbana, relações de bens e serviços, estagnação ou pujança econômica, etc.) vão além dessas fronteiras, sobrepujando-as. A compreensão das áreas de abrangência desses fenômenos significa delinear espaços com os mesmos problemas e os mesmos potenciais.

Agrupar os municípios num determinado espaço, isto é, regionalizá-los, significa, também, tipificá-los pelos papéis que desempenham no espaço onde estão inseridos.

DOS CONCEITOS

No caso do conceito de regiões metropolitanas, procurou-se considerar a máxima complexidade das relações urbanas representadas no grande número de funções, polarização intensa de um município sobre outros municípios e complementariedade de funções, provocando movimentos pendulares consideráveis.

A partir dessa primeira preocupação, considerou-se a existência ou tendência de mancha urbana contínua para mais de um município, o que implica numa ação intermunicipal conjunta no tratamento das questões do uso do solo, e na indicação de que os problemas dessa "grande cidade" já não se restringem aos limites territoriais de um município.

Curitiba, na década de 70, apresentou um processo de crescimento singular a nível nacional. É nesse período que grandes áreas de municípios contíguos são perifêrizadas, configurando, não apenas uma mancha urbana única, mas, principalmente, um conjunto altamente agregador de atividades com representação marcante no Estado e em

parcelas dos Estados de São Paulo e Santa Catarina.

Nesse período, quando se confirma uma população para Curitiba de pouco mais de 1.000.000 de habitantes, a área de influência dessa capital se sobrepõe àquela de Londrina e Florianópolis.

Assim, percebe-se que a hierarquia funcional das cidades - em parte decorrente da dimensão demográfica - foi fundamental para a formulação desse conceito e dos demais.

No caso do conceito de aglomeração urbana, considerou-se como fundamental o aspecto físico-territorial de agrupamentos de municípios que apresentem ou tendam a apresentar manchas de ocupação contínua. Menos exigente é o conceito, quanto ao nível de importância na distribuição de bens e serviços.

No caso do conceito de microrregião, inseriu-se a idéia de estruturas urbanas simples, com uma relativa complexidade limitada aos limites municipais. Pressupõe a polarização exercida por um município, mas limitada aos contornos de um espaço homogêneo quanto às suas características, seus potenciais e problemas.

A abrangência da polarização sintetiza e diferencia os conceitos: apenas a região metropolitana polariza significativamente grande parcela do Estado, alcançando além dos limites estaduais; na aglomeração urbana pode extrapolar os limites regionais mas encerra-se na área administrativa do Estado; as microrregiões polarizam seu próprio espaço regional.

DOS LIMITES DAS UNIDADES REGIONAIS

Os requisitos estipulados para a classificação dos agrupamentos de municípios em um dos três tipos de unidade regional não excluem a dinamicidade a que esse espaço está sujeito. Novos municípios podem ser agregados à unidade; uma microrregião pode transformar-se em uma aglomeração urbana, ou esta em uma região metropolitana. Outros grupos de municípios podem vir a constituir-se numa aglomeração urbana e microrregiões podem ser redesenhadas segundo novas estruturas regionais e/ou municipais.

Tal preocupação é decorrência da incontestável dinâmica urbana e regional, do acelerado processo de urbanização paranaense e de seus novos arranjos espaciais, econômicos e sociais. Decorre ainda da difícil operacionalidade percebida, ao longo dos anos, na gestão das regiões metropolitanas brasileiras, definidas em caráter inalterável, conforme a Lei Federal nº 14/73.

DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM

O objetivo principal foi conceituar as

funções públicas de interesse comum de forma abrangente, assegurando elasticidade em sua definição. Nesse sentido este Projeto de Lei avança com relação à esta Lei Federal 14/73 que definia em seu artigo 5º os então chamados serviços comuns de interesse metropolitano. A rigidez do elenco fez com que esse artigo se tornasse o mais contestado da referida lei.

Procura-se, assim, assegurar que cada unidade regional defina seu rol de funções públicas de interesse comum a partir de suas especificidades, balizado nas considerações da Lei.

Podem ser consideradas funções públicas de interesse comum não apenas aquelas que extrapolam a competência de um único município (como os serviços de saneamento básico, transporte de passageiros, etc.), mas também aquelas que incidem em um município e geram efeitos sobre outros (como por exemplo o controle de atividades que criem focos de poluição), ou localizem-se em municípios e recebam os impactos gerados em outros (como a contaminação de uma área de mananciais).

Além desses, podem ser considerados exemplos de funções públicas de interesse comum a disciplina do uso do solo urbano e rural; a aplicação de estímulos ao desenvolvimento econômico e social; a preservação ambiental e do patrimônio; dentre outros.

A GESTÃO

A gestão das unidades regionais deverá conter o máximo de representatividade dos agentes atuantes direta ou indiretamente em seu espaço territorial. Seu órgão gestor ou câmara técnica deverá permitir uma composição democrática e representativa dos segmentos da sociedade.

Resguardou-se a possibilidade de agrupamentos municipais adotarem modos diversos de gestão dentro de uma mesma unidade regional. São exemplos os municípios imediatamente periferizados por Curitiba que, certamente, por constituírem um conjunto com complexidade de relações mais intensa que os demais, deverão merecer tratamento diferenciado que leve em consideração seus fenômenos de dependência imediata e cotidiana com a cidade pólo.

A ADEQUAÇÃO REGIONAL À DIRETRIZES ESTADUAIS E LOCAIS

Institui-se na necessidade de adequação de políticas e diretrizes locais com aquelas relativas ao espaço maior de inserção, ou seja, ações setoriais deverão vincular-se, igualmente, às diretrizes decididas no foro do órgão gestor da unidade regional, e às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

A universalidade na representatividade

implicará, não apenas uma relação hierárquica entre esses três níveis (estadual, regional e local), mas ao contrário, um conjunto de relações integradas.

DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A Região Metropolitana de Curitiba foi instituída pela Lei Federal 14/73. A dinâmica das relações nesse espaço vem provocando severas transformações em sua ocupação territorial e tornando complexas as demandas e os problemas regionais.

A periferização de Curitiba e a ocupação contínua de áreas de municípios vizinhos, bem como a concentração de atividades dos setores secundário e terciário no pólo e seus municípios limítrofes, cria uma densidade de relações emergentes que apontam para a necessidade de um modelo de gestão específico e adequado a essa realidade.

Num nível de comutação menos denso, porém não menos significativo, municípios localizados além dos limites regionais definidos pela lei 14/73 mantêm com a região metropolitana relações de dependência direta e/ou complementariedade de atividades ou funções, cabendo a vir a se integrar em seus domínios, ampliando seu contorno e viabilizando a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Essa situação aponta para a necessidade de redefinição da composição da região metropolitana de Curitiba quanto aos municípios integrantes e a proposição de um modelo de gestão eficaz, que contemple os dois níveis de complexidade existentes nas relações entre o pólo e os municípios polarizados.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 405/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a UNIÃO SOCIAL CAMILIANA-USC, com sede e foro no Município de Arapongas, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, vem prestando relevantes serviços à comunidade, como mantenedora do Colégio São Camilo, entidade filantrópica, já declarada de Utilidade Pública Federal, sendo que a presente proposta conta com toda documentação ne-

cessária à sua regular aprovação por esta Casa.

Assim sendo, esperamos o conceituado acatamento dos Nobres Pares, votando pela aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI N° 406/91
A Assembléia Legislativa do
Estado Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE EDUCACIONAL CENTRO-NORTE DO PARANÁ - SECENP, com sede e foro no Município de Arapongas, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública vem promovendo a educação a nível superior, como mantenedora da Fundação Faculdade Filosofia Ciência e Letras de Arapongas-FAFICLA; entidade filantrópica, já declarada de Utilidade Pública Federal, sendo que a mesma apresenta todas as documentações necessárias para a sua regular aprovação por esta "egrégia" Casa de Leis. Assim sendo, contamos desde já com o apoio e aprovação da unanimidade dos Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI N° 407/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de RIO NOVO, desmembrado do Município de RESERVA, com as seguintes divisas e confrontações: "Começa na cabeceira mais alta do RIO ALONZO, por este abaixo até a foz do Rio Bonito, por este acima até encontrar o Rio Cascudo, por este acima até a sua cabeceira mais alta e daí pela Serra dos Monjolinhos, até defrontar a cabeceira mais alta do Rio Alonzo, com uma linha reta e seca, ponto de partida".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Reserva possui uma das maiores áreas de terras do Paraná.

Entre os seus Distritos, destacamos Rio Novo, criado pela Lei n° 53/62, de 05 de janeiro de 1963, que se caracteriza por ser um distrito auto-suficiente.

É na agricultura que se encontra a principal fonte de rendas do Distrito. Conta, atualmente, com escolas, posto de

saúde, igrejas, cartório, estabelecimentos comerciais, vale dizer, tem toda a estrutura necessária para reivindicar a sua Emancipação Política.

Assim, Rio Novo é um Distrito não somente capaz de se manter economicamente, como também é capaz de estender esta autonomia na área política.

Além do que, vale ressaltar que o Distrito Rio Novo dista cerca de 60 quilômetros da sede do Município de reserva, o que, não raro, provoca inúmeras situações difíceis àqueles que residem no Distrito e necessitam de recursos peculiares a um município.

Estas são as razões porque todos aqueles que hoje residem em Rio Novo são unânimes ao reivindicarem a sua Emancipação Política.

E, ainda, salientamos que todos os requisitos elencados em lei para que se dê a criação de um novo município se encontram presentes no caso em textilha.

PROJETO DE LEI N° 409/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o CITPAR - CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ, com sede e foro à rua Cândido de Abreu, n° 200, 5° andar, na Cidade de Curitiba.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

"Povos sem ciência e sem tecnologia estão condenados a carregar lenha e água para os mais esclarecidos".

Thomas Jefferson

Desde a sua fundação em 1985, o CITPAR vem consolidando gradativamente sua atenção como centro de apoio e integração, visando a criação de uma base para a otimização em prol do desenvolvimento tecnológico do Estado do Paraná. Dentro do universo de dificuldades inerentes aos países do terceiro mundo, com o crônico problema da escassez de recursos, desenvolver, absorver, ou mesmo adaptar tecnologia, certamente não é tarefa das mais fáceis. Assim, mesmo convivendo com estes obstáculos o CITPAR vem alcançando resultados expressivos no tocante ao desenvolvimento tecnológico do Estado do Paraná, atuando basicamente em quatro grandes áreas:

1 - Estimular, assessorar e promover a transferência e o desenvolvimento de tecnologia estratégica;

2 - Fomentar a consolidação de polos

tecnológicos-industriais, compatíveis com as vocações regionais;

3 - Incentivar o investimento em pesquisa e desenvolvimento e identificar fontes de recursos;

4 - Promover a formação e a capacitação de recursos humanos especializados. Tendo como base estas quatro áreas de atuação, o CITPAR para incrementar ainda mais o desenvolvimento tecnológico e avanços em suas pesquisas, conveniou-se a outras entidades como a PUC-PR, CEFET-PR, entidades de classe e empresas privadas. Com isso o CITPAR propiciou uma maior participação da comunidade empresarial científica, dando assim mais dinamismo no seu universo de atuação.

Implantou o curso de pós-graduação em Informática Industrial junto com o CEFET, formando grandes técnicos especializados nesta área.

Em conjunto com a PUC-PR, implantou o curso de Gestão Técnica do Meio Urbano, instituído a nível de pós-graduação, através de convênio com a Universidade de Tecnologia de Compiègne, da França.

Deu continuidade também às negociações para a implantação do curso de Micromecânica em nosso Estado, em cooperação com a Escola Superior de Mecânica e Microtécnica de Besançon.

Em 1990 realizou o evento mais importante, juntamente com a PUC, o curso para formação de dirigentes executivos de alto nível: o Programa Internacional de Gestão Tecnológica. Este programa contou com a participação dos maiores especialistas mundiais em gestão, além dos principais executivos brasileiros, que passaram duas semanas transmitindo aos técnicos participantes conhecimentos atualizados relativos às vantagens da tecnologia na economia atual.

Dando continuidade à consolidação de polos tecnológicos e apoio à empreendimentos de base tecnológica, o Centro gerenciou a Incubadora Tecnológica de Curitiba, que atualmente conta com três empresas incubadas, desenvolvendo produtos inovadores e com grande melhoria de qualidade.

O CITPAR está também estendendo a implantação de incubadoras nas cidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

No âmbito do Projeto Qualidade Paraná, instituiu o projeto "Rede Estadual de Laboratórios Públicos e Privados de Prestação de Serviços Tecnológicos-Industriais", com o objetivo de adequar os laboratórios do Parque Industrial de Pesquisa às necessidades do Programa de Qualidade, Produtividade e Desenvolvimento Tecnológico, a todo o Estado do Paraná.

Assim sendo, vale registrar a importância da atuação do CITPAR, visando sem-

pre a concretização de programas, projetos de cooperação tecnológica-industrial, propiciando ao Estado do Paraná uma elevação de benefícios científicos, bem como nas instituições de ensino e pesquisa e consequente desenvolvimento econômico-social.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 053/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Marquinho, desmembrado do município de Cantagalo.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Com o município de Palmital:

Começa na foz do Rio do Cobre ou Barreiro, no Rio Piquiri; sobe pelo Rio Piquiri até a foz do Rio Guampará;

Com o município de Cantagalo:

Começa no Rio Piquiri na Foz do Rio Guampará; sobe por este até sua nascente; deste ponto, em linha seca alcança a cabeceira do Arroio do Doutor; desce por este até do foz do Rio do Cobre; segue pelo Rio do Cobre até sua confluência com o Rio São Tomé e por este acima até a sua nascente, na Serra do Cantagalo, ponto contravertente do Rio Restinga Grande;

Com o município de Laranjeiras do Sul:

Começa no ponto acima descrito na Serra do Cantagalo; segue por esta em linha seca no sentido Oeste, cruzando a Estrada Cinco Voltas - Marquinho, passando pelo Rio Cinco Voltas; continuando pela cumiada da referida serra, ainda no sentido Oeste, até alcançar a nascente do Arroio dos Quatis; deste ponto desce pelo Arroio dos Quatis até sua foz no Rio Cinco Voltas; segue pelo mesmo rio até sua confluência com o Rio do Cobre ou Barreiro; desce pelo Rio do Cobre ou Barreiro até sua foz no Rio Piquiri, ponto de partida.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MARQUINHO:

"Partindo da margem direita da estrada que deste distrito vai ter à sede do município de Guarapuava, onde ficou plantado um marco de imbuia, com o rumo 67° S.E., mediu-se 100 metros até um outro marco de imbuia plantado à margem de uma cerca de arame e, por esta, mediu-se 94 metros e, com o rumo de 26° S.E. até outro marco plantado à margem da mesma cerca; deste, com o rumo 23° S.O., mediu-se atravessando uma estrada de rodagem aos 70 metros; com o mesmo rumo mediu-se mais 290 metros, até outro marco de imbuia; deste, com o rumo 67° N.O., mediu-se 970 metros até outro marco de imbuia; deste, com o rumo 23°

N.E., mediu-se 360 metros até outro marco; deste, com o rumo 68° S.E., mediu-se 730 metros até outro marco; deste, com o rumo 22° N.E., mediu-se 64 metros até outro marco; deste, com o rumo 67° S.E., mediu-se 70 metros até o marco plantado à margem da estrada que serviu de ponto de partida para a descrição de limites deste quadro urbano."

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, declaramos aberta a presente Sessão.

(É lida e aprovada a Ata).

Não havendo Expediente a ser lido, no Pequeno Expediente concedemos a palavra ao Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Encontra-se ausente do Plenário.

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao PRN.

(Declina).

Concedo a palavra ao PSDB.

(Declina).

Concedo a palavra ao PMDB.

(Declina).

Concedo a palavra ao PTB.

(Declina).

Concedo a palavra ao PT.

Com a palavra o Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós tivemos oportunidade de receber uma nota oficial, assinada por três entidades de nosso Estado, que quero passar a ler desta Tribuna.

(Lê).

"Diante do acirramento dos conflitos no campo pela disputa de posse de terra no Estado do Paraná, com fartas notícias de formação de exércitos particulares por parte dos latifundiários e de suas organizações representativas, que podem desencadear um conflito de graves proporções, colocando em risco a vida de centenas de famílias indefesas, as entidades abaixo-assinadas, representantes de movimentos populares, sindicais e de defesa dos direitos humanos, vêm a público expor o que segue:

- As ocupações de áreas improdutivas por parte dos trabalhadores rurais sem terra são decorrentes da ausência de uma

política agrícola e de reforma agrária, que contemple as condições de sobrevivência no campo. O Governo Collor prometeu assentar 500 mil famílias num prazo de 5 anos, sendo que de 1.989 para cá não se verificou uma única desapropriação de terra no Paraná. Esta situação, aliada ao aprofundamento da recessão e da miséria, tem provocado o crescimento do número de ocupações legítimas por parte dos trabalhadores.

- Ao mesmo tempo em que denunciemos a omissão do governo federal diante desta situação - o INCRA está praticamente desativado, sem proceder a vistoria das áreas cujos processos de desapropriação estão engavetados há anos em Brasília -, denunciemos também a omissão do governo do Estado no que diz respeito a uma ação mais rigorosa para o desarmamento dos fazendeiros.

- A formação de milícias privadas se constitui em crime previsto na Legislação. As autoridades são conhecedoras de seus idealizadores, sem que até agora tenham manifestado qualquer ação punitiva.

- Diante desta situação, exigimos a pronta intervenção do Estado para desmantelar as milícias dos fazendeiros e punir seus autores.

- Exigimos também que o estado garanta a vida das famílias e das lideranças dos sem terras ameaçadas, advertindo que qualquer acontecimento mais trágico será imputado às próprias autoridades conhecedoras das ameaças e dos nomes de seus autores.

- Finalmente, reiteramos nossa compreensão de que a Reforma Agrária é o caminho mais seguro para a Democracia, a Justiça e a Paz Social. Esperamos que o Estado tenha a mesma agilidade e o rigor que teve no despejo das famílias da Fazenda Guairacá, em Londrina, recentemente na desativação do exército do latifúndio.

Curitiba, 12 de Setembro de 1.991.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO PARANÁ

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) DO PARANÁ

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)/PARANÁ".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com esta nota oficial as entidades estão prevenindo e prevendo conflitos de gravíssimas proporções que poderão ocorrer em nosso Estado a partir do que a imprensa pública, sem nenhuma interferência do Governo do Estado e do Governo Federal, inclusive na questão do armamento contrabandeado, comprado, utilizado, pelos fazendeiros, segundo a imprensa, nas suas milícias, no armamento do seu exército privado, sabedores que somos que desde 1989

não acontece desapropriação no Paraná, sabedores que somos do compromisso que o Governo Collor disse em alto e bom som em sua campanha, e não só na campanha como há poucos dias a sua promessa de desapropriar, de assentar quinhentas mil famílias nos seus cinco anos de Governo. Não estamos vendo por parte das autoridades competentes o compromisso assumido perante a população brasileira em campanha eleitoral e em programas de Governo.

O nosso País conta hoje com mais de doze milhões de famílias de agricultores sem terra, só no nosso Estado do Paraná mais de cento e vinte mil famílias de sem terras, de agricultores sem terras, agricultores sem terras residindo, só no nosso Estado.

Sabedores que somos do barril de pólvora que está jogado no Paraná com o descaso das autoridades, e vimos a repulsa ou a repressão feita pelos senhores proprietários de terras ao movimento dos trabalhadores desesperados que procuram uma forma de sobrevivência. Nós ouvimos a imprensa denunciar sem nenhum pronunciamento das autoridades, inclusive do Estado, da Secretaria de Segurança e também da Polícia Federal; quando na imprensa se dá nomes dos comandantes dos exércitos privados que estão sendo formados como vimos na imprensa de ontem e de anteontem, dando nome de Renato Martin Ferrari, José Carlos Sanches, Jonas de Souza Sanches, além de Reynaldo Carazzai, Angelo Pilati, Adecir Casol, Dário Badoti, Alfredo de Souza Brito, grupo Slavieiro, Juvino Mioranza, Fernandes Pilati, Pedro Pilati, Gama Meneguel, além de entidades como a UDR na Região de Cascavel assumindo de público a formação de exércitos privados, e não vê nenhum pronunciamento da Polícia Federal, da Polícia Estadual, do Secretário do Governador, Secretário de Segurança, do próprio Governo do Estado. Quando se prende uma liderança dos sem terras com canivete na cinta ou com uma foice, que é uma ferramenta de trabalho, se faz um estardalhaço por esse Estado e por esse País; quando se identifica uma liderança, como a polícia fez no despejo de Londrina, se diz que são guerrilheiros treinados em Cuba e não sei aonde, e se tenta jogar, fichar lideranças de trabalhadores fazendo-se o dops privado da Polícia do estado, e aí se tenta intimidar e incriminar lideranças porque estão descumprindo a lei e estão invadindo terras. Por que não se tomam as mesmas medidas quando a imprensa publica isto que estou denunciando nesta Tribuna? Nome dos fazendeiros, nome dos proprietários de terras organizadores das milícias e dos exércitos privados, aí não é um ato inconstitucional, aí não é um ato que precisa colocar política em cima, denunciar,

prender, desarmar. Por que não se tomam as mesmas medidas? Porque naquele caso são os pobres trabalhadores sem terras, indefesos, sem a imprensa na mão e sem condições de denunciar a público que estão fazendo um ato de sobrevivência. Por que não se tomam as mesmas medidas, cobramos aqui de público a Polícia Federal, a Secretaria de Segurança, para que se faça a apreensão, e a prisão das armas e dos proprietários, dos organizadores dos exércitos privados do Paraná. Era isso. Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - É para registrar a honrosa presença do Doutor Emanuel de Oliveira, empresário rolandense, que pela primeira vez nos visita. Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

O SR. JOÃO PREIS (Pela Ordem) - Temos a satisfação de comunicar a visita do ilustre Prefeito Municipal de Maringá, Doutor Ricardo Barros, e também do jornalista Carlos Marassi.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós nos sentimos honrados da visita do Prefeito e do jornalista.
Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE - Sr. Presidente e Srs. Deputados, agradeço ao Líder da Bancada pela liberação do horário. Mas hoje venho a essa tribuna, talvez com o pensamento de muitos Deputados que aqui trabalham, e lutam por suas regiões e que hoje sentem na pele a dificuldade das prefeituras em acolher os pedidos da comunidade, principalmente da comunidade do extremo noroeste do Estado. O extremo noroeste há mais de 120 dias sequer cai uma garoa, sequer um pinga d'água. Nossa terra, solo caioá, uma terra arenosa e seca que talvez necessite mais do que uma chuva casual, mais do que uma chuva de semanas e sim uma fertilidade direta.

Nós, como alguns Deputados, precisamos e defenderemos junto ao Governo do Estado, programas que utilizaremos a mão-de-obra ociosa da região, a mão-de-obra que hoje está parada porque sequer, os pequenos, os médios e por fim os grandes agricultores estão usando a terra. Não há como, o solo é seco, quebrado e árido.

Estamos com o requerimento em mão pedindo ao Secretário de Trabalho e Ação Social, Djalma de Almeida Cesar, no sentido que tome medidas urgentes para amenizar os efeitos funestos da seca que assola o Noroeste do Estado. O Noroeste que talvez

não possa ser encaixado aos programas do Estado, de perdas irregulares, que estão funcionando em boa parte do Estado utilizando a mão-de-obra ociosa, utilizando as pessoas que não têm emprego fixo, as pessoas que talvez não tenham hoje, sequer um pão para levar para sua casa. Mas o Noroeste necessita e por este requerimento que peço aos Senhores, que me ajudem junto às Secretarias não só na Secretaria do Trabalho mas em todas as Secretarias, e isso já a pedido do Governo do Estado e ao Governador que terá posições imediatas.

Mas tomara Deus, a esses dias, para amenizar, pelo menos, a posição drástica que estamos passando no Noroeste do Estado. Isto refletirá, pelo menos no êxodo mínimo que nós teremos nesta região, que sofre também a metropolitana que os Deputados aqui também respondem por ela. Vindo do Noroeste, sem casa, sem comida, sem dinheiro sequer para a condução, chegam aqui e pedem tudo às prefeituras.

Nós, como Deputados, precisamos melhorar o Paraná, mas, precisamos, acima de tudo, dar pelo menos a subsistência básica às famílias carentes do Estado. Por isso peço aos Senhores que aprovelem o nosso requerimento que talvez agilize um pouco mais a deficiência e a carência de todo o Estado e principalmente do Noroeste do Estado. Muito obrigado.

O SR. DUILIO GENARI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Vereador Ivanir Volpato Presidente da Câmara Municipal de Nova Aurora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou já acostumado a subir a esta tribuna nesses dois últimos anos, para defender a manutenção do BRDE. Apesar desse costume porém, não estou desanimado, pois desde o começo da liquidação, em 06.03.89, procurei informar-me dos fatos reais e sempre achei - como penso ainda - que valia a pena lutar.

Agora não sou mais eu que estou afirmando que a situação do Banco é incomum e favorável. Tenho aqui comigo dados da publicação "Melhores e Maiores" da revista Exame - e que dão o BRDE como uma instituição absolutamente saneada e com uma invejável saúde econômico-financeira. O BRDE é o 4º Banco de Desenvolvimento, mesmo vivendo tanto tempo essa situação anômala, podendo voltar a operar imediatamente, pois a sua capacidade de investir é de mais de um trilhão de cruzeiros. Está aqui

a publicação da revista Exame, agosto de 1991, "Melhores e Maiores" e o BRDE só perde para o BNDES do Distrito Federal, para o BNB do Ceará e para o banco da Bahia. Ele é o quarto banco e em alguns tópicos, em alguns itens, ele aparece como inclusive em primeiro lugar; como por exemplo na questão da rentabilidade do patrimônio, ele é o primeiro lugar com 41,7%. No lucro líquido ele está em primeiro lugar, com 62,4%.

Tudo isto torna cada vez mais absurda esta paralisação.

(Fotocópia anexa).

Tudo isso torna cada vez mais absurda esta paralisação. O Paraná não está na condição de ignorar tamanha capacidade de investimento, no momento em que se está propondo a retomada da atividade econômica. A quem se deve imputar a responsabilidade de tal disparate? Que não seja a nós, por omissão. A nossa perplexidade tantas vezes aqui manifestada, foi também traduzida por um alto funcionário do Banco Central que disse, de certa feita, aos três Secretários de Fazenda do Sul: "Eu não entendo vocês: Enquanto outros Estados recorrem ao BACEN para salvar bancos estaduais falidos, vocês estão propondo a extinção do BRDE cuja situação é invejável! Realmente, é estranho. Por outro lado, o Diretor de Fiscalização do próprio Banco Central, em resposta do Ofício a ele encaminhado por esta Casa, por requerimento de minha autoria, afirma:

"Finalmente, ao tempo em que apresento a essa Assembléia os meus protestos de apreço, consigno que todos os esforços, no limite da alçada de minha Diretoria e do Banco Central, estão sendo perseguidos com vistas a se evitar a solução mais drástica e, certamente, a que menos interessa a todas as partes presentes à questão, qual seja a liquidação do BRDE".

Como se vê, todos conhecem e reconhecem a situação invejável do BRDE. Por que então não se efetivar a sua volta às atividades de fomento para o que foi instituído em 1961? Os governadores já decidiram pela manutenção do Banco. A decisão final está na mão do Presidente. Não podemos, porém, ficar aguardando que os fatos aconteçam; temos obrigação de atropelar os acontecimentos. Temos a obrigação de discutir, de trazer à tona a questão do BRDE, como já o fizemos há dois anos atrás em Florianópolis, num encontro que nós, na Comissão de Parlamentares aqui desta Casa, com companheiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Como aconteceu, recentemente, em Porto Alegre, como aconteceu também com uma comissão especial formada por esta Casa em que fizemos parte da mesma como vice-presidente, tendo como relator o ex-Deputado Estadual Rubens Bueno,

hoje Deputado Federal. Esta comissão foi à Brasília, estivemos em Brasília no Banco Central analisando a situação do BRDE e a ela trouxe dados importantes, fizemos um relatório, mas lamentavelmente aqui em Plenário perdemos a votação com relação a esse relatório.

Agora está aí a situação. Há possibilidade de, inclusive, federalização do BRDE.

Por esta razão, Senhor Presidente, ontem eu dei entrada nesta Casa de um requerimento pedindo a formação de uma comissão suprapartidária para coordenar as ações desta Casa com vistas à reativação do BRDE; está comissão suprapartidária, com um representante de cada partido com assento nesta Casa para coordenar as ações do Poder Legislativo com vistas à reativação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BRDE, com o prazo até o dia 11 de novembro de 1991 para realizar os seus trabalhos, para debater e apresentar uma proposta da continuidade do BRDE.

Por isso, eu apelo aos Senhores Líderes e ao Senhor Presidente que faça chegar ao conhecimento das Lideranças da necessidade da indicação de seus liderados para que possamos, imediatamente colocar essa comissão suprapartidária em ação a fim de que possamos evidentemente, ganhar tempo e mostrar a força do Paraná, da região Sul para manter o BRDE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças consulto a Liderança do PSB se fará uso do seu tempo. Deputado Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ontem, no final da sessão, nós tivemos aqui uma discussão onde, de forma bastante lamentável, eu fui citado pelo meu amigo Nobre Líder do PMDB e do Governo nesta Casa, Pessuti, que eu havia sido demitido da Secretaria de Educação do município de Ivaiporã. E procurei, naquele momento, dizer ao Nobre Líder da posição que tomei quando deixei a Secretaria de Educação do município e para conhecimento deste Plenário vou ler aqui trechos da carta que encaminhei ao Prefeito de Ivaiporã naquela oportunidade.

O que ontem denunciei em um requerimento que encaminhei a esta Casa tem por objetivo único e somente esclarecer fatos à população do Paraná com relação à malversação do dinheiro público neste Estado: Ivaiporã não é exceção. Não tenho interesse de destruir a administração de Ivaiporã, muito menos o seu prefeito e não tenho cumplicidade com o problema que está criado em Ivaiporã pelo caos administrati-

vo hoje. O dinheiro do município de Ivaiporã não foi utilizado para fazer a minha campanha, não foi utilizado para fazer a campanha do Pizzolato nem do Edson Sá que apoiamos e com certeza não tenho nenhuma implicação como não tenho interesse em destruir, mas tenho interesse em cumprir com o meu mandato de Parlamentar nesta Casa. Por isso, jamais falarei de joelhos com quem quer que seja.

"Ivaiporã, 24 de novembro de 1989.

Senhor Prefeito:

Sempre que se pretende o voto, cria-se o fato, monta-se proposta e programas e os leva, com a maior das boas intenções ao conhecimento do povo, que acreditando, elege o referido grupo; e isso aconteceu conosco. No entanto, passado um ano da atual administração, vê-se que o que foi dito e proposto não se converge para o real, e, aí, vem a descrença e a decepção com o homem político-partidário. Faz-se conchavos com certos Vereadores, Deputados e outros mais, muitos desses adversários ferrenhos das propostas de campanha, e perde-se os companheiros que se expuseram à luta em busca da vitória de dias diferentes de "politicalhas" que se fizera ao conquistar o poder ..."

E cito mais aqui que, em cima do que nós estamos aqui frisando, hoje o próprio vice-Prefeito de Ivaiporã é aliado do processo de administração porque tem sido crítico da péssima administração que se está fazendo naquele município.

O povo vai continuar desacreditando do político-partidário, visto que, se eleito Vereador, Deputado e outros mais, se esquecem que quem os elegeu foi o povo, e que por ele deveriam lutar (há, evidente, poucas exceções), mas, infelizmente, isto na realidade pouco acontece: deputado, para satisfazer interesse pessoal e com medo do executivo, fecha os olhos e vota em tudo contra os interesses da classe trabalhadora, como se tivesse sido o executivo quem o elegeu, o mesmo acontece com muitos vereadores, achatam salários, fazem acordos macabros e são até capazes de pisar no pescoço do próprio irmão para se manter no cargo ou para acertar vaidades pessoais.

Quando me predispus a sair da posição de "estilingue para vidraça", isto é, a assumir o Departamento de Educação do Município, tinha como objetivo maior lutar pela educação e pelo educador, o que infelizmente muito pouco vejo poder fazer.

Não podendo acabar com a educação multisseriada, não sentindo perspectivas de um salário mais decente e digno que merece o educador, não podendo dar à criança da rede municipal a educação que merece e sentido certos conchavos e discriminações contra o professor e a criação da rede municipal e prevendo que convênios de explo-

ração do professor deverão continuar acontecendo, não tenho outra opção a não ser agradecer-lhe a confiança em mim depositada.

Lembro-lhe que não será com este salário pago para os trabalhadores do município e com a falta de recursos para equipamentos às escolas e o fim da educação multisseriada que faremos de Ivaiporã o que os ivaiporenses querem e merecem.

Fiz e farei uma pregação política séria quando fui aos palanques falar ao povo, e hoje, o mínimo que posso fazer é respeitá-los e procurar ser coerente com os meus princípios e com o meu passado - por tudo isso e por outros fatores mais é que, desejando-lhe sucesso, deixo, EM CARÁTER IRREVOGÁVEL, o cargo que ocupo nesta administração, para que Vossa Excelência indique quem possa substituir-me até o final do ano em curso.

O passado, a ideologia, as críticas e as posturas do homem, não podem ser trocados e esquecidos pela ocupação de um cargo. Ele poderia até ficar tranqüilo, mas não deve jamais se esquecer que seus companheiros continuam sendo explorados, e com eles deve estar sempre na luta, na esperança de que, juntos, conquistarão dias melhores.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a verdade nunca denigre o homem. A coragem da verdade enaltece o homem e no momento em que nesse plenário se afirma que fui demitido é porque não se quer dizer quando se conhece a verdade e como tal nós colocamos isso aqui, meu amigo Pessuti, para que se esclareça de fato a realidade da nossa saída da Prefeitura de Ivaiporã e jamais fechamos conchavos, acordos ou algo que se utilize do dinheiro do povo para fazermos acertos pessoais ou satisfazermos vaidades pessoais.

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Quando nós dissemos que Vossa Excelência havia sido demitido da função de Secretário Municipal da Educação, em nenhum momento afirmamos que Vossa Excelência teria sido mandado embora, teria sido escorraçado daquela entidade pública municipal. Mesmo quando solicitado, ocorre a demissão, não o fizemos em caráter pejorativo, apenas informávamos a este Plenário que Vossa Excelência tinha sido Secretário Municipal da Educação e que havia sido demitido do cargo.

Os esclarecimentos de Vossa Excelência dão conta que tudo ocorreu em função de uma solicitação e que nós confirmamos que foi assim que se procedeu. Em nenhum momento o acusamos ou tentamos denegrir a vossa imagem na condição de membro da equipe do Prefeito Antônio da Paz.

O SR. PAULO MAIA - A forma como Vossa Excelência colocou ontem, de fato caracterizou que eu havia sido demitido.

O Sr. Orlando Pessuti - No entendimento de Vossa Excelência.

O SR. PAULO MAIA - Eu tenho uma história construída na luta.

Não estou nesta posição hoje por favores, mas por uma história construída, e tenho certeza que aqueles que acreditaram e que confiaram sempre na nossa luta, não se decepcionarão com o nosso trabalho, porque com certeza o livro da traição não será assinado por este Parlamentar, que tem uma história e que tem amigos e que por esses amigos ele sempre lutará, pelos trabalhadores que sempre defendeu, continuará defendendo e jamais se fechará em conchavos, inclusive aproveitando até a oportunidade, nós temos que registrar as safadagens que vêm sendo feitas até a nível de maldade com relação à nossa atuação por elementos que obviamente nada construíram, que nada fizeram, que história não têm, na tentativa de nos denegrir nos espaços de jornal, tentando atirar contra a nossa pessoa e inclusive nos indispusemos até dentro do próprio Partido e vamos responder às acusações do próprio Partido, com a história que nós temos.

Nós vamos fechar com a seriedade, vamos fechar com a moralidade, vamos fechar com o respeito àquilo que ao povo pertence.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.

diente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 059/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Santana e Barreto, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa-Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 306/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a Fundação Sindônio Muralha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 307/91, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Nova Orleans, com sede e foro na Colônia Nova Orleans, Distrito de Campo Comprido, Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 310/91, de autoria do Deputado Albino Corazza Neto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitorino, com sede e foro no Município de Vitorino. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 319/91, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância, situada no Município de Nova América da Colina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 322/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública, o Monastério da Ordem dos Místicos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 324/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Amparo ao Defi-

ciente Físico e ao Idoso Carente APADEFIC, com sede no Município de Porto Vitória. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 343/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Fundação Iniciativa, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 96, de 14.08.91).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 339/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública, a Associação Maria Teresa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 96, de 13.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Protocolo n° 7726/91

Projeto de Lei n° 339/91

Autor: Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Maria Teresa.

PARECER:

Trata-se de projeto de lei visando reconhecer como de Utilidade Pública a Associação Maria Teresa, Entidade de fins não lucrativos, existente em Bocaiuva do Sul e vinculada à Congregação das Irmãs Filhas da Cruz.

O autor anexou a documentação legal. Somos de PARECER FAVORÁVEL à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 343/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade a declaração de Utilidade Pública da Fundação Iniciativa, com sede e foro em Curitiba.

Procedida a análise constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa notamos a perfeita consonância da iniciativa os ditames da Lei Estadual de n° 6.994, que dita normas para a declaração de Utilidade Pública.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu PARECER FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 347/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Planaltina do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, Aprovado. (Publ. no DA. n.º 97, de 15.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AO PROJETO DE LEI N.º 347/91

PARECER:

Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Planaltina do Paraná.

Procedemos a devida análise, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei n.º 347/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Planaltina do Paraná.

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra amparo no que dispõe a Lei n.º 6994, de 10.01.78, verificando-se, inclusive, a observância das exigências ali contidas.

Concluimos, desta forma, pela legalidade do Projeto de Lei n.º 347/91, manifestando nosso PARECER FAVORÁVEL ao prosseguimento de sua normal ramitação neste Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 348/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer - Regional de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n.º 92 de 15.08.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo n.º 7856/91

Projeto de Lei n.º 348/91

Autor: Deputado João Preis

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer - Regional de Maringá.

PARECER:

O ilustre autor juntou toda a documentação necessária, revelando tratar-se de importante Entidade assistencial, com valiosa folha de serviços prestados à Comunidade de Maringá.

Opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 354/91, de autoria do Deputado CÉZAR SILVESTRI, que declara de Utilidade Pública à Sociedade denominada de Caritas Socialis, de Guarapuava - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n.º 99 de 19.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo n.º 7938/91

Projeto de Lei n.º 354/91

Autor: Deputado Cesar Silvestri

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Sociedade "Caritas Socialis", de Guarapuava.

PARECER:

O nobre autor, Companheiro Cesar Silvestri está propondo o reconhecimento de Utilidade Pública para a Sociedade lá de Guarapuava, nominada "Caritas Socialis", com mais de duas décadas de bons serviços prestados àquela Comunidade.

Todos os documentos legais foram juntados e comprovam as exigências determinadas em lei.

Somos favoráveis à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n.º 2308, de autoria do Senhor Deputado Ademir Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2279, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENRE (Anibal Khury) - A Mesa

deferir e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Doze Senhores Deputados aprovam; 18 Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de n. 2280, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Requerimento de n. 2306, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2316, 2315, 2314, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2308-A, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Deferido.

Requerimento de n. 2317, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Deputado Rosinha envia expediente à Mesa com o seguinte teor:
(Fotocópia anexa).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE

Em, 12 de setembro de 1991.
Ofício n. 019/91

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Presidente:

Vimos à presença de Vossa Excelência, em vista dos questionamentos verificados recentemente, formular consulta buscando ver esclarecidos os seguintes pontos relacionados ao funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito:

1 - Há a exigência de "quorum" mínimo para as sessões de tomada de depoimentos? Em caso positivo, qual é o "quorum" e a respectiva base legal.

2 - A tomada de depoimentos é considerado deliberação da CPI?

3 - O prazo para conclusão dos trabalhos previstos no parágrafo 3º do artigo 36 do Regimento Interno inicia sua contagem a partir da constituição da CPI ou do início efetivo de suas atividades?

- Na contagem do prazo considera-se, também, o período do recesso parlamentar? E se durante o recesso não desenvolveu-se nenhuma atividade?

Caso a interpretação dada ao contido

no Item 3 seja no sentido de que o prazo tenha início na constituição da CPI, solicitamos a fim de dar curso aos trabalhos da CPI da Saúde, seja levado à apreciação do Plenário o Requerimento anexo.

Certos de sua especial atenção para com o exposto, servimo-nos do ensejo para renovar nossas expressões de consideração e apreço.

Atenciosamente

(a) DR. ROSINHA

Presidente da CPI da Saúde

REQUERIMENTO N°

O (s) Deputado (s) que o presente subscreve (m), no uso das atribuições que lhe (s) são conferidas requer (em), com base no disposto no parágrafo 3º do artigo 36 do Regimento Interno, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde constituída por intermédio do Ato do Presidente n. 01/91, de 15 de maio de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado de 16.05.91, possa concluir plenamente seus trabalhos de investigação e apresentar ao Plenário o seu relatório final.

Sala das Sessões, em 12.09.91.

(a) DR. ROSINHA

Presidente da CPI da Saúde

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (termina de ler).

A Mesa confessa que no momento não tem condições para responder o Requerimento e considera válido para segunda-feira o requerimento de prorrogação para conclusão dos trabalhos da CPI da Saúde.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 048/91

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 153/91

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 045/90

e dos Projetos de Lei ns. 339, 343, 347, 348 e 354/91

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 131, 155, 166, 206 e 253/91

Levanta-se a sessão.